

# Governo descarta possibilidade de alta de impostos

Novos cortes de gastos deverão ser anunciados após o carnaval, e estados serão chamados a contribuir com o ajuste fiscal

Maria Luiza Abbott, João Domingos  
e Eliane Oliveira

• BRASÍLIA. Logo depois do carnaval, o Governo terá concluído a revisão do Orçamento da União e deverá anunciar as medidas que serão adotadas para garantir o aumento de superávit primário (que exclui gastos com juros) acertado com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O secretário-executivo do Ministério do Orçamento, Martus Tavares, descarta aumento de alíquotas de impostos ou a criação de contribuições. A nova meta de 3% a 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB), no entanto, deverá ser obtida não apenas com redução em termos reais de gastos da União e das estatais. O Governo federal espera que os estados também contribuam com o esforço de ajuste fiscal.

— A elevação do superávit abrange todo o setor público. Ainda não há decisão sobre como será a nova divisão de sacrifícios, mas o momento exige sacrifícios de todos — disse o secretário.

O superávit primário de 2,6% do PIB fixado no acordo anterior com o Fundo previa que a União

contribuiria com 1,8% do PIB, estados e municípios com 0,4% e as estatais com os restantes 0,4% do PIB. A parcela de superávit dos estados estava garantida com o cumprimento dos acordos de rolagem das dívidas estaduais. Apesar das resistências de governadores de oposição, Tavares diz que os demais estados estão se ajustando. Lembra ainda que os governadores são obrigados a cumprir duas leis recentes que estabelecem critérios de corte de gastos com pessoal.

— Há espaço para cortes de gastos na União e a nova legislação obriga os governadores a reduzir em dois terços seus gastos de pessoal que ultrapassam 60% da receita líquida no prazo de 12 meses — disse Tavares.

## Líderes governistas dizem que Congresso já fez a sua parte

Segundo outro integrante da equipe econômica, o aumento do superávit deverá ser resultado de novos cortes de gastos no Orçamento e redução de incentivos fiscais concedidos pela Receita Federal. Essa medida permitirá aumentar a arrecadação sem elevar

impostos, que enfrenta fortes resistências no Congresso. Em coro, os líderes governistas — inclusive o do PSDB, partido do presidente Fernando Henrique Cardoso — descartaram ontem qualquer possibilidade de aumento ou criação de tributos. O Congresso, alegam, já fez a sua parte.

— Ajuste com aumento de im-

posto e de alíquota, ninguém aceita mais. O bolo já está pequeno. Vai tirar de onde? O Governo vai ter é que cortar gastos — avisou Inocêncio Oliveira (PFL-PE), líder da maior bancada da Câmara, sugerindo que o Governo promova uma reunião com parlamentares e equipe econômica para discutir saídas para a crise.

Líder do PSDB, Aécio Neves (MG) lembra que o Congresso já deu ao Governo instrumentos suficientes para o ajuste, incluindo aí a prorrogação e a elevação da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Por isso, para viabilizar o superávit os cortes de gastos na União deverão se concentrar no item do Orçamento chamado de Outros Custeios de Capital (OCC, que inclui apenas investimentos e programas de Governo). O OCC já foi reduzido de R\$ 43,38 bilhões para R\$ 35,5 bilhões na revisão do Orçamento de 1999, mas Tavares entende que há margem para novos cortes.

Na área de pessoal, o Governo federal já está com suas despesas abaixo do limite de 50% da receita líquida, mas continua em estudos a possibilidade de demissão dos 33 mil servidores públicos não-estáveis, medida que vem freqüentando todos os pacotes de ajuste fiscal dos últimos anos, sem, no entanto, conseguir ser implementada.

O Governo vai tentar, de novo, mexer nos benefícios fiscais. No pacote 51, editado em novembro

de 1997, a equipe econômica propôs um corte linear de 50% nos incentivos, mas o *lobby* das empresas e governadores junto aos parlamentares acabou enfraquecendo a medida.

## Incentivos para empresas da Zona Franca continuam

A redução nos incentivos atingia os fundos de desenvolvimento da Amazônia (Finam), do Nordeste (Finor) e do Espírito Santo (Funres), além das empresas da Zona Franca de Manaus (ZFM). A Receita não deixou escapar nem mesmo o vale-transporte ou o tíquete-restaurante. Após as negociações com o Congresso, a redução nos incentivos, que era de 50%, caiu para 20% no caso dos fundos de investimento. As empresas de Manaus, que trocariam a isenção total do Imposto de Renda pela redução 50% na alíquota, ficaram sem alteração. ■

COLABORARAM Cátia Seabra e  
Leandra Peres

• DESVALORIZAÇÃO ELEVA  
DÍVIDA DO TESOUREO EM R\$ 67 BI,  
na página 24